

O legado das ruas está em disputa: entre a regressão fascista e o salto rumo a um novo limite¹

Ficou moderno o Brasil

ficou moderno o milagre:

a água já não vira vinho

vira direto vinagre.

Cacaso

O processo de insurgência popular com lutas massificadas nas ruas em um país como o Brasil vai inevitavelmente ser disputado em diversos campos, da representação simbólica à coordenação da linha de ação das manifestações de rua.

A guerra de posição das batalhas que vinham sendo travadas no campo institucional desaguou para as ruas, não apenas pela via da esquerda. Basta lembrar que há semanas o pastor Silas Malafaia comandou um ato massivo na Esplanada dos Ministérios, com cerca de 70 mil defensores de bandeiras conservadoras. Os conflitos da política cotidiana do campo parlamentar, largamente explorados pela mídia empresarial com a intenção de gerar a descredibilização da política, somados com a desproporção dos gastos em eventos esportivos internacionais e a precarização absoluta dos serviços públicos serviram como estopim para a ampla mobilização, desencadeada por uma manifestação em reação ao aumento de 0,20 R\$ das passagens do transporte público.

A luta contra o aumento do preço do transporte coletivo no Brasil catalisa diversos aspectos que configuram a realidade da superexploração a que está submetida a maior parte da população brasileira. No Distrito Federal, quem mora em cidades satélites do plano piloto chega a passar três horas, ou mais, por dia em ônibus velhos e superlotados, com o preço da passagem a lhes roubar parte significativa do salário. À noite e nos finais de semana muitas linhas deixam de circular, bloqueando o acesso dos moradores da periferia ao centro. A realidade é de apartheid sócio-racial. O sentimento é de frustração, impotência, raiva. Em muitas ocasiões, os moradores de bairros periféricos bloqueiam as estradas, como forma de protesto aos serviços mal prestados. A frequência de ônibus quebrados nas ruas é enorme. Há casos em que a caminhonete com seguranças da empresa de transporte chega antes que o ônibus de resgate dos passageiros, para proteger o patrimônio do patrão contra as possíveis represálias dos clientes insatisfeitos.

O Movimento Passe Livre (MPL) há anos vem acumulando experiências teóricas e de lutas contra o sistema de transporte brasileiro. Apesar de sua estrutura orgânica se configurar pela reunião de coletivos autônomos, sem adotar o centralismo democrático, o MPL conseguiu em inúmeras ocasiões

¹ Por Rafael Villas Bôas, professor da Universidade de Brasília (UnB).

fazer lutas nacionais unificadas, sempre tendo como reação do Estado a brutal repressão. Em resposta, desenvolveu ou incorporou táticas de luta criativas como o Exército de Palhaços, bastante utilizado nas manifestações anti-capitalistas de repercussão mundial, para buscar maior empatia com a população e deixar claro para a polícia que sua disposição não é a do confronto, do vandalismo. E sim a luta pelo passe livre, pelo fim da precarização do transporte, pela tarifa zero, contra a mercantilização do transporte público e suas consequências.

O MPL sempre pregou a desobediência civil contra a superexploração, ensinando os usuários a pular a catraca, e fazendo lutas massivas contra o aumento das passagens. Quando não era invisibilizado pela grande imprensa, era retratado no "bloco do crime" dos telejornais, como mais um dos movimentos sociais que atenta contra a democracia e o direito de ir e vir das pessoas. Não é, portanto, um movimento de jovens amadores e idealistas, é um movimento de militantes experientes no planejamento, execução e avaliação das ações, que logrou ter uma grande vitória: deflagrou uma luta imediata em reação à manobra inábil dos governos de anunciarem o aumento dos preços das passagens em plena véspera da Copa das Confederações, e pela luta ampliou seu poder de pressão, com a adesão massiva da população, a ponto dos governantes terem que recuar da deliberação do aumento.

Portanto, não parece plausível interpretar a ação do MPL como espontânea ou descontrolada. Isso implica em ignorarmos o amadurecimento da capacidade de elaboração e ação dessa organização, e num sentido mais amplo, dos movimentos sociais da esquerda brasileira, tradição a qual o MPL se vincula em seus manifestos. O gesto posterior de recuo do MPL diante do reconhecimento da tentativa da direita de se apropriar das manifestações, pela violência ou pela imposição de suas pautas, é também expressão de maturidade, de reconhecimento da complexidade da situação desencadeada por eles.

Mas, cabe apontar que o MPL não é um fenômeno isolado de engajamento da juventude brasileira. De alguns anos para cá tem ocorrido um processo acelerado de politização do movimento estudantil brasileiro. É crescente o número de executivas nacionais de curso (Enecos, Enebio ,etc), e de associações ou federações de estudantes (ABEEF e FEAB, etc) que estão superando a pauta corporativa de inserção da profissão no mercado de trabalho, ou se consumindo no planejamento de eventos esportivos e festivos, para retomar processos de formação de quadros, recolocando em pauta temas estratégicos do debate sobre projeto nacional e popular de país, e estreitando vínculos com a agenda de pesquisa e luta dos movimentos sociais.

Da mesma forma, nas periferias urbanas a crítica aos limites do "onguismo" e a tentativa de organização de instrumentos políticos com ampla capilaridade social tem se confrontado com as formas organizativas de assistencialismo social tuteladas pelos meios de comunicação de massa, ou pelo sistema financeiro, e ou pelos partidos políticos com interesse em formação de currais eleitorais.

No campo brasileiro, a despeito da reconfiguração das formas de produção agrícola do agronegócio, do permanente fluxo migratório para os meios urbanos, em função da falta de emprego e condições de trabalho no campo, e da dificuldade crescente de massificação das lutas por conta das políticas de distribuição de renda, foram realizadas lutas importantes e massivas em anos recentes, como a Marcha por Justiça Social e Soberania Popular, com doze mil camponeses em marcha de Goiânia a

Brasília por dezessete dias, em 2005. Um feito organizativo de proporções épicas que deveria orgulhar e marcar o imaginário da classe trabalhadora, mas que, entretanto, é neutralizado pela cobertura midiática. Nas periferias, o conflito social é generalizado, e a reação às mortes de inocentes é, com frequência, violenta, o que desautoriza a idéia de um país até então amorfo, em termos de lutas sociais. Os responsáveis pela difusão dessa imagem, a grande mídia empresarial, são agora um dos principais alvos das manifestações.

Em perspectiva histórica, a atual insurgência reaviva um recalque histórico deflagrado com o ciclo de modernização conservadora dos anos 1950 e 1960, sobretudo após o início da ditadura militar-civil brasileira iniciada em 1964. A opção pelo automóvel como símbolo de modernidade, desde os anos JK, das rodovias em detrimento das ferrovias, não poderia comportar a massificação desorganizada das cidades, fruto da opção pela não realização da Reforma Agrária e de outras reformas de base, e da implementação da política de crédito voltada para a classe média na época do "milagre brasileiro", do regime autoritário. No auge do milagre brasileiro, o dramaturgo e ator Vianinha assim interpretava o dilema do processo de modernização brasileira: "Reduzir uma sociedade de 100 milhões de pessoas a um mercado de 25 milhões exige um processo cultural muito intenso e muito sofisticado (...) para fazer com que as pessoas aceitem ser parte de um país fantasma, de um país inexistente, de um país sem problemas. (...) É preciso embrutecer essa sociedade de uma forma que só se consegue com o refinamento dos meios de comunicação, dos meios de publicidade, com um certo paisagismo urbano que disfarça a favela, que esconde as coisas".

Quanto à posição da direita frente aos protestos, sem base social organizada o conservadorismo tem nos meios de comunicação empresariais sua trincheira. Natural que agora tentem monopolizar a interpretação dos protestos, representando-os como um rompante ora violento e ameaçador, no primeiro momento, e depois dos cálculos dos dividendos políticos, tentando apoiá-los, porém, sugerindo que se tratam de crítica ao governo federal, apenas, buscando a desestabilização do país, e procurando legitimidade para o uso da repressão, quando lhes for conveniente.

A direita amarga agora uma segunda derrota em termos da conformação da estrutura hegemônica de poder: a primeira foi ter que aceitar, como inevitável, o comprometimento com a manutenção das políticas sociais fortalecidas desde os governos Lula. Basta lembrar do desespero do candidato do PSDB no último pleito presidencial a prometer salário mínimo de R\$ 600, e do candidato da direita venezuelana, Capriles, a defender as políticas sociais petistas como modelo de gestão. A segunda derrota é a imposição da legitimidade da luta popular nas ruas. Depois do recuo abrupto da tática da criminalização, para jogar nas costas do governo o ônus da repressão policial ficou explícita a desfaçatez dos barões da imprensa.

É emblemático que o uso de drones, instrumento de espionagem e ataque militar, aéreo e não tripulado, tenha sido apropriado pela Folha de São Paulo. No Oriente Médio os EUA usam os drones para expandir seu domínio e sufocar a resistência à invasão estrangeira. No Brasil, ao que tudo indica, os drones serão usados pela imprensa empresarial não para fortalecer a compreensão dos fatos, mas para gerar, mediante a interpretação sobre as imagens captadas, o sentimento de que o governo não detém o

controle sobre a população, de que é o alvo principal das críticas, e que o restabelecimento da ordem deve ocorrer, mesmo que à revelia da condução do governo. Se há um elemento consensual nas manifestações é a crítica aos meios de comunicação oligopolizados da grande mídia brasileira. O cenário é de confronto direto: enquanto veículos das emissoras de TV são pixados e queimados nas manifestações, os veículos aéreos não tripulados são importados como solução provisória para a crise de legitimidade da cobertura jornalística. Do alto, não podem ser atacados. Em terra, às perdas materiais da grande mídia se soma o desgaste simbólico da explicitação dela própria como inimiga de um movimento de massas que ela agora é obrigada a reconhecer como legítimo.

O sentimento de medo provocado pela ação das majorias não é decorrente de uma predisposição individual. O preconceito contra as formas de auto-organização popular é fabricado, e instigado, pelos meios de comunicação empresariais. Embora boa parte das pautas dos atuais protestos ser de interesse coletivo, o que mereceria debate exaustivo sobre cada bandeira de luta levantada, o foco principal da maior parte das tele reportagens dos programas noturnos das emissoras privadas de TV no domingo (23/06), passou a ser as ações de vandalismo em meio as manifestações. Os termos na nova equação em potencial são evidentes: se o Governo não for capaz de controlar os distúrbios ocasionados pelo vandalismo, a “ordem” terá que se impor por outros meios.

No programa Pânico, da Bandeirantes (23/06), foi mostrado por longo tempo e com trechos repetidos, os militantes de partidos de esquerda sendo espancados, e as bandeiras vermelhas sendo rasgadas. O coro em defesa do apartidarismo foi enfatizado com várias repetições: “Oportunistas!”. Embora associados ao tema eleito como eixo condutor da cobertura, o vandalismo, a agressão contra os militantes de partidos e movimentos sociais não foi explicada e questionada devidamente. As imagens aparecem insistentemente e, na ausência de explicação externa, falam por si, adquirindo um sentido natural na manifestação. A suposta neutralidade da cobertura externaliza, na verdade, o extremo grau de conviência com a perspectiva de crítica aos partidos de esquerda.

A acusação que tem aparecido nas manifestações, de que a mídia brasileira é fascista, vai muito além de um chavão da esquerda engajada. De acordo com a definição de Konder o fascismo “é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara “modernizadora”, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes a influência junto às massas); e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigido, bem como a existência nele de um certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro” (1977, p. 21).

Se prevalecer a posição da direita uma consequência funesta será o aumento do preconceito da ação de auto-organização popular e o afastamento do povo das ruas. Segundo Konder esse é um dos três fatores de atuação da direita na preparação do terreno para o fascismo na Itália e na Alemanha, os outros

dois são: na esfera cultural, o bombardeio contra os princípios do liberalismo e das convicções democráticas; e a subestimação das forças progressistas do trabalho político com as massas diante da convicção de que o desprezo da aristocracia pela plebe já seria propaganda suficiente contra a direita. Notemos que, guardadas as diferenças de contexto e conjuntura, esses três fatores em solo brasileiro já são bastante operantes, seja pela força que a direita exerce no campo econômico, político e na esfera da ideologia, seja pela dificuldade das esquerdas de estabelecerem contato orgânico e massivo com a classe trabalhadora.

Entretanto, apesar da direita estar à espreita e deter as armas dos meios de comunicação da imprensa empresarial, que se configuram organicamente quase como um partido político, mais orgânico, coeso e ágil que os da direita tradicional, é importante destacarmos que as opções da direita ainda são estreitas. A bandeira do impeachment no máximo pode render em termos de pesquisa exploratória para saber o grau de apoio a ataques mais venais à Dilma no pleito eleitoral de 2014, e por outro lado, se acirrado, pode ter efeito reverso sobre a direita, de ampliação do desgaste e de sua minorização na política brasileira. A via do golpe militar-empresarial como em 1964 não parece viável mais por razões de caserna, que empresariais. A doutrina nacionalista dos militares foi humilhada pelos anos privatistas do governo PSDB, e as armas foram sucateadas em termos salariais e bélicos. Os governos do PT investiram em armamento mais que os governos militares, e melhoraram o soldo dos soldados. Logo, não há motivo eminente para que os quartéis se lancem em aventuras golpistas, sobretudo, com a população massivamente nas ruas. Da parte empresarial, o descompromisso nacional, a sanha financeira e o cinismo são maiores, logo, não se pode subestimar a hipótese de que parta daí o financiamento para ações paramilitares que produzam cadáveres a serem jogados no colo do governo federal, em ação articulada com a imprensa visando o rápido desgaste da imagem do governo sob a alegação de descontrole institucional do país. A tentativa de golpe na Venezuela, bem analisada no filme “A revolução não será televisionada” traz exemplo completo desse gênero de manobra. E a rapidez com que o golpe branco foi executado sobre Lugo, no Paraguai, pode vir a ser exemplo inspirador para nossos congressistas.

No momento, portanto, as forças de esquerda detêm a vitória de recolocar em pauta a legitimidade do protesto popular. Isso é uma conquista histórica que não deve ser melindrada pelo risco de que o significado da luta das ruas seja apropriado pelos interesses da minoria conservadora da elite brasileira. Perante o risco real e de desfecho potencialmente trágico, cabem o combate teórico e a batalha das ruas, e não a relutância e o silêncio.

O desafio do protesto popular é canalizar o foco das bandeiras de luta para ações que impliquem na tomada de providências em prol de reformas estruturais do Estado brasileiro. Da vitória sobre uma pauta reativa, ao aumento das passagens do transporte público, será necessário avançar para a vitória em pautas propositivas, fazendo com que o avanço de território conquistado pela guerra de movimento, com o povo na rua, traga saldos permanentes no âmbito da guerra de posição. É o momento da união da esquerda reconstruir a unidade programática em torno de algumas bandeiras estratégicas, tal como ocorria na década de 1960 com a luta pelas reformas de base. Bandeiras de interesse do conjunto da classe trabalhadora, como a Reforma Agrária, devem ser recolocadas em pauta, por redefinirem os termos da

relação campo e cidade, por democratizarem junto com o acesso a terra, a educação, a cultura, a saúde, a economia.

Em 1902, ao escrever o célebre “Que fazer” Lênin diagnosticava a respeito da necessidade de acelerar o que ele chamava de “revelações políticas” como forma de ampliar a consciência política da classe trabalhadora:

“A elevação da atividade da massa operária será possível unicamente se não nos limitarmos à agitação política no terreno econômico. Ora, uma das condições necessárias para a extensão necessária da agitação política é organizar as revelações políticas em todos os aspectos. Somente essas revelações podem formar a consciência política e suscitar a atividade revolucionária das massas. (...) A consciência das massas operárias não pode ser uma consciência de classe verdadeira, se os operários não aprenderem a aproveitar os fatos e os acontecimentos políticos concretos e de grande atualidade, para observar cada uma das classes sociais em todas as manifestações de sua vida intelectual, moral e política; se não aprenderem a aplicar praticamente a análise e o critério materialista a todas as formas de atividade e da vida de todas as classes, categorias e grupos da população” (1978, p. 55).

O momento exige das forças de esquerda a reconstituição da capacidade de elaborar a práxis revolucionária. É preciso elaborar com absoluto rigor teórico os termos de nosso dilema coletivo, se apropriando do legado teórico que construímos até então, e assumindo de forma audaciosa o desafio de formular novos conceitos e categorias para explicar novas configurações decorrentes de velhas contradições. Há nos últimos dias um grande volume de textos de análise conjuntural em perspectiva histórica de extrema competência teórica que apontam nesse sentido. No texto “A hora do Direito à Cidade” o professor Alexandre Pilatti (UnB) avalia que o conjunto de manifestações dos últimos dias pode vir a ser uma janela para uma construção, em grande escala, de uma “consciência dilacerada do desenvolvimento neoliberal à periferia do capitalismo”. E, em articulação com a formulação teórica, será necessário demonstrar capacidade de convergência em termos de ação, retomando as tradicionais formas de agitação e propaganda e elaborando novos métodos, em tempos em que a batalha pela informação se dá, sobretudo, por via eletrônica.

Para governos que tenham no horizonte a efetivação de um projeto de nação que integre e contemple a demanda do povo explorado e oprimido, o sinal das ruas não é ameaça, deveria se encarado como oportunidade para que se fortaleçam ou se criem canais de diálogo com a sociedade civil organizada, e para que deixem de ser reféns dos interesses mercantis das empreiteiras, das transnacionais de diversos setores, e das oligarquias especializadas na política de balcão da troca de favores, no Congresso Nacional e nos parlamentos estaduais e municipais.

Se o organismo social brasileiro não pode mais ser comportado pelo sistema institucional que existe no país, como tem afirmado alguns analistas, a solução não será a restrição de direitos como quer a direita autoritária, mas a ampliação da democracia. Um dos desafios das forças progressistas será saber discernir o que há de avanço político e econômico operado no limite do quadro institucional, comandado pelo PT no âmbito do governo federal. O avanço das políticas sociais e do fortalecimento do Estado são pautas sobre as quais não se pode recuar. Há outros tantos a avançar: como a democratização dos meios

de comunicação, a reforma agrária, o transporte público gratuito e de qualidade, o salto necessário nos padrões de educação e saúde pública, a redução da jornada de trabalho para quarenta horas, etc.

Está em disputa o legado das ruas. O momento é de fortalecimento da cultura de participação política da população brasileira perante os rumos do país. E de absoluto rechaço das práticas de manipulação, desvirtuação e intolerância que têm aparecido em diversos protestos pelas cidades brasileiras. Se as organizações de esquerda conseguirem estreitar os vínculos com as classes trabalhadoras, fortalecendo a compreensão de que pela ação direta da luta nas ruas é possível obter conquistas efetivas em prol dos interesses da maioria, as ações tendem a se expandir e se prolongar, cobrando os dividendos de um projeto de crescimento econômico que até o momento não se reverteu em melhorias econômicas de setores básicos de serviço público para a população.

Dialeticamente, o tensionamento máximo de contradições pode levar a regressão do estágio atual que o limite indica, ou pode apontar para a superação do horizonte objetivo, num movimento ascensional que se configura como um salto de qualidade estrutural, se comparado ao estágio anterior. O desafio é superarmos o limite atual, que já não mais suporta as contradições estruturais que as opções por este modelo de governabilidade forjou, sendo as forças de esquerda capazes de erigir novas trincheiras, novos limites, no horizonte da luta de classes. Nesse sentido, saber preservar o legado do que foi construído, sem fazer nenhuma concessão à pauta liberal e regressiva, e avançar em conquistas conjunturais e estruturais da luta democrática é uma providência não apenas necessária, como fundamental.

Referências:

KONDER, Leandro. Introdução ao fascismo. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

LÊNIN, Vladimir Ilich. Que fazer? São Paulo: Hucitec, 1978.

PILATTI, Alexandre. A hora do Direito à Cidade. In <http://outraspalavras.net/2013/06/20/a-hora-do-direito-a-cidade/>.

VIANA, Oduvaldo. Vianinha: teatro, televisão e política. São Paulo: Brasiliense, 1999.